

**ANDRÉ DOMINGUES FIGARO**

**COMENTÁRIOS À REFORMA DO JUDICIÁRIO –**  
**EMENDA CONSTITUCIONAL 45**

Editora Premier Máxima

São Paulo  
2005



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 342.56(81)**  
**F471c**

**Código de barras: STJ00063377**

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figaro, André Domingues

Comentários à reforma do Judiciário : Emenda Constitucional 45 / André Domingues Figaro. — São Paulo : Premier Máxima, 2005.

Bibliografia.

ISBN 85-98290-23-8

1. Poder judiciário - Legislação - Brasil I. Título.

05-4647 CDU-342.56(81).001.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Poder judiciário : Reforma : Emenda Constitucional nº 45 :  
Direito constitucional

2. Emenda Constitucional nº 45 : Reforma do Judiciário : Brasil: Direito  
constitucional



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
COMENTÁRIOS À EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45	13
EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45	13
PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL	13
HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	14
SUBMISSÃO DO BRASIL AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	16
DESLOCAMENTO PARA O STF DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL POR RECUSA À EXECUÇÃO DE LEI FEDERAL	17
COMPETÊNCIA DO SENADO FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE CRIME DE RESPONSABILIDADE COMETIDO POR MEMBROS DO CNJE DO CNMP	18
SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	18
EXIGÊNCIA DE TRÊS ANOS DE PRÁTICA JURÍDICA PARA O INGRESSO NA MAGISTRATURA	19
AFERIÇÃO DO MERECEMENTO PARA EFEITO DE PROMOÇÃO DO MAGISTRADO	20
PROCEDIMENTO PARA RECUSA DE PROMOÇÃO DO MAGISTRADO POR ANTIGUIDADE	21
CAUSA DE ÓBICE À PROMOÇÃO DO MAGISTRADO: RETENÇÃO INJUSTIFICADA DE AUTOS	21
CRITÉRIOS PARA A PROMOÇÃO DOS JUÍZES	21
FREQÜÊNCIA A CURSOS OFICIAIS COMO REQUISITO OBRIGATÓRIO AO VITALICIAMENTO DO MAGISTRADO	22



POSSIBILIDADE DE QUE OS JUIZES RESIDAM FORA DA COMARCA ONDE ATUAM MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL	22
COMPETÊNCIA E QUORUM PARA REMOÇÃO, DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA DE MAGISTRADO	23
UTILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DE PROMOÇÃO PARA REMOÇÃO OU PERMUTA DE MAGISTRADO	23
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS JULGAMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO E HIPÓTESE DE RESTRIÇÃO	24
PUBLICIDADE DAS SESSÕES ADMINISTRATIVAS DOS TRIBUNAIS	24
NORMATIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL NOS TRIBUNAIS	25
FIM DO RECESSO FORENSE	25
PROPORCIONALIDADE DO NÚMERO DE JUÍZES	26
DELEGAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS DE MERO EXPEDIENTE	26
DISTRIBUIÇÃO IMEDIATA DE PROCESSOS	27
PROIBIÇÃO DO RECEBIMENTO DE AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO PELOS JUÍZES	27
IMPEDIMENTO DO EXERCÍCIO DE ADVOCACIA NO JUÍZO OU TRIBUNAL DO QUAL SE AFASTOU PARA MAGISTRADOS RECÉM AFASTADOS DA CARREIRA (QUARENTENA)	28
DESTINAÇÃO EXCLUSIVA DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS	29
DO ORÇAMENTO DOS TRIBUNAIS	30
PROIBIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS OU ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES QUE EXTRAPOLEM OS LIMITES DA LEI ORÇAMENTÁRIA	31



NOVAS COMPETÊNCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	31
DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA DO STF AO STJ PARA A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E CONCESSÃO DE "EXEQUATUR"	31
COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÕES CONTRA O CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA E O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	32
NOVO FUNDAMENTO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO	32
EFEITO VINCULANTE NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE	33
A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	34
AMPLIAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	35
REVOGAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO RESTRITIVA DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	36
APROVAÇÃO DA INDICAÇÃO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELA MAIORIA ABSOLUTA DO SENADO FEDERAL	36
NOVAS COMPETÊNCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	37
DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA DO STF AO STJ PARA A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E CONCESSÃO DE "EXEQUATUR"	37
DESLOCAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL	37
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	38



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	39
INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA ITINERANTE NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	39
CRIAÇÃO DE CÂMARAS REGIONAIS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	40
"FEDERALIZAÇÃO" DAS CAUSAS DE DIREITOS HUMANOS	40
DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	41
COMPETÊNCIA DOS JUÍZES DE DIREITO PARA JULGAR CAUSAS TRABALHISTAS	41
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	42
DO AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA	44
LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA O AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO PARA A HIPÓTESE DE GREVE EM ATIVIDADE ESSENCIAL	44
COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	44
JUSTIÇA ITINERANTE NOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	45
CRIAÇÃO DE CÂMARAS REGIONAIS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	46
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	46
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	47
DESLOCAMENTO PARA O TRIBUNAL DO JÚRI DE EVENTUAIS CRIMES CONTRA A VIDA COMETIDOS CONTRA VÍTIMA CIVIL	47
ESTRUTURA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE PRIMEIRO GRAU	47



CRIAÇÃO DE CÂMARAS REGIONAIS NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	48
JUSTIÇA ITINERANTE NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	48
CRIAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS PARA O JULGAMENTO DE QUESTÕES AGRÁRIAS	49
DO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	49
PROIBIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS OU ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES QUE EXTRAPOLEM OS LIMITES DA LEI ORÇAMENTÁRIA	50
DO MINISTÉRIO PÚBLICO	50
DA INAMOVIBILIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	51
PROIBIÇÃO PEREMPTÓRIA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA	51
PROIBIÇÃO DO RECEBIMENTO DE AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÕES PELO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	52
"QUARENTENA" PARA O EXERCÍCIO DE ADVOCACIA AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	52
POSSIBILIDADE DE QUE OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESIDAM FORA DA COMARCA ONDE ATUAM MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO CHEFE DA INSTITUIÇÃO	53
EXIGÊNCIA DE TRÊS ANOS DE "ATIVIDADE JURÍDICA" PARA O INGRESSO NO MINISTÉRIO PÚBLICO	54
COMENTÁRIOS A REFORMA DO JUDICIÁRIO - EMENDA CONSTITUCIONAL	45
SIMETRIA PRINCIPIOLÓGICA ENTRE A MAGISTRATURA E O MINISTÉRIO PÚBLICO	55
DISTRIBUIÇÃO IMEDIATA DE PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO	55



AUTONOMIA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS	56
DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS	56
SÚMULA VINCULANTE	57
OBJETO DA SÚMULA VINCULANTE	59
LEGITIMAÇÃO MÍNIMA PARA O AJUIZAMENTO DO INCIDENTE PARA A APROVAÇÃO, REVISÃO OU CANCELAMENTO DE SÚMULA	59
DA RECLAMAÇÃO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO OU DECISÃO JUDICIAL QUE CONTRARIE A SÚMULA VINCULANTE	60
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	60
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	62
DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	63
DA NOMEAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	63
INDICAÇÃO SUPLETIVA DOS MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	64
COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	64
CORREGEDORIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	66
ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E DO PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	66
DAS OUVIDORIAS DE JUSTIÇA	66
NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	67
COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO A SER DEFINIDA EM LEI	68





ÓRGÃOS AUXILIARES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	68
A ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO	68
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	69
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	69
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	69
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	70
CORREGEDOR DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	72
ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E DO PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	72
OUIDORIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	73
FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS	73
EXTINÇÃO DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA	74
PRAZO DE 180 DIAS PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	74
INDICAÇÃO SUPLETIVA DOS MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	74
NORMATIZAÇÃO TRANSITÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	75
PRAZO DE 180 DIAS PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	75



COMISSÃO MISTA ESPECIAL	76
VINCULAÇÃO DAS SÚMULAS EDITADAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ANTES DA EC 45	76
REVOGAÇÃO EXPRESSA	76
INÍCIO DE VIGÊNCIA	77
DATA DA PROMULGAÇÃO	77
ANEXO 1 EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004	79
ANEXO 2 SEGUNDA FASE DA REFORMA DO JUDICIÁRIO	99

